



Estado do Pará  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU**  
Palacete Albino Soares Ferreira Júnior  
CNPJ: 04.557.427/0001-46

## **PARECER CONTORLE INTERNO**

<b>PARECER</b>	<b>Nº 23/2022</b>
<b>PROCESSO</b>	<b>Nº 2022081001-CMV</b>
<b>PREGÃO PRESENCIAL</b>	<b>Nº 005/2022-CMV</b>
<b>INTERESSADO</b>	<b>CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU</b>

### **01. RELATÓRIO**

Trata-se de processo licitatório na modalidade Pregão Presencial com o intuito de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU.**

Constam na instrução do Processo Administrativo Nº 2022081001-CMV de 08 de agosto de 2022, oriundo do presidente da câmara requerendo a aquisição de material permanente diversos para atender as necessidades da câmara municipal de Viseu; Solicitação de pesquisa de preço e elaboração de mapa comparativo de preços para fins de identificação do custo estimado do serviço; Propostas e mapa comparativo de preços; Requerimento ao Setor Financeiro para verificação da adequação orçamentária e da existência saldo orçamentário; Resposta do Setor Financeiro quanto à adequação orçamentária e existência de saldo orçamentário; Declaração do Presidente da Câmara quanto à adequação orçamentária e financeira da despesa e autorização para a realização da despesa; Autuação do processo; Cópia da publicação da Portaria que designa os membros da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Viseu; Despacho da Comissão Permanente de Licitação encaminhando os autos para a Assessoria Jurídica; Parecer Jurídico; convocação da empresa escolhida; juntada de documentação. Despacho da CPL para análise do Controle Interno.

É o relatório

### **02. ANÁLISE**

Os artigos 31, 70 e 74 da CF/88, determinam as competências do controle interno na administração pública municipal, com o estabelecimento de mecanismos de controle que possibilitem informações à sociedade, impedindo a ocorrência de fraudes e desperdícios, servindo de instrumento que visa garantir a efetividade, a produtividade, a economicidade e a rapidez na prestação do serviço público. O controle interno é fundamental para se atingir resultados favoráveis em qualquer organização. Na gestão pública os mecanismos de controle existentes previnem o erro, a fraude e o desperdício, trazendo benefícios à população.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 e Decreto Federal nº. 3.555/2000, bem como, pela Lei Complementar nº. 123/2006 alterada pela LC nº 147/2014, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriores alterações, ao processo licitatório.

Dessa forma, observamos que no processo foram observados os princípios legais



**Estado do Pará**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU**  
**Palacete Albino Soares Ferreira Júnior**  
**CNPJ: 04.557.427/0001-46**

---

que são devidos a Administração, como legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, e ainda, os princípios da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

**03. CONCLUSÃO**

Isto posto, após análise integral da licitação, o Processo Administrativo nº 2022081001-CMV referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022-CMV, tendo por objeto a aquisição de material permanente diversos para atender as necessidades da Câmara Municipal de Viseu, encontra-se revestido de todas as formalidades legais, nos termos da lei n.º 8.666/93, estando apto a gerar despesas para a Câmara Municipal.

Viseu /PA, 05 de outubro de 2022.

Suzane Sanches do Amaral  
CPF: 006.282.872-08  
Controlador Interno